Reportagem do jornal Valor Econômico publicada nesta segunda (11/05) traz entrevista com o Diretor-Superintendente da Previc, Ricardo Pena, que alerta para a preocupação com a alta concentração das aplicações das entidades fechadas (EFPC) em títulos públicos. A matéria ouviu também o Diretor-Presidente da Abrapp, Devanir Silva, que justificou que as aplicações estão alinhadas com as necessidades atuariais dos planos de benefícios, mas que ao mesmo tempo, os gestores estão analisando os cenários que podem levar a uma maior diversificação.

Devanir disse que a preocupação sobre a diversificação é justa, mas afirma que os gestores dos fundos não estão inertes. Segundo ele, a tendência de queda dos juros deve aumentar o apetite por risco, embora a migração para ativos mais arriscados, especialmente em renda variável, ocorrerá de forma gradual, diz a reportagem.

O Diretor-Presidente da Abrapp afirmou ainda que é necessário ampliar a segurança jurídica dos gestores de entidades fechadas, com a atualização do Decreto 4942/2003 (conhecido como Decreto Sancionador) que regulamenta a apuração de infrações no segmento de previdência complementar fechada. Ele apontou ainda para o problema da sobreposição na fiscalização, que causa duplicidade e muitas vezes divergência de competências entre a Previc e o Tribunal de Contas da União.

“Tudo isso contribui para uma reserva em relação à tomada de risco. Eu vejo como uma coisa natural você aproveitar as oportunidades que o mercado oferece e hoje a taxa de juros está oferecendo. Não é uma situação confortável para ninguém, mas os gestores estão atentos. Se nós caminharmos para termos mais segurança, evitarmos o sombreamento, tivermos um regime sancionador modernizado, isso poderia favorecer mais os nossos gestores”, disse Devanir na reportagem do Valor em relação à necessidade de se criar um ambiente mais favorável para a diversificação das carteiras.]

Bons resultados em 2025 – Apesar da preocupação com a alta concentração em títulos públicos e renda fixa (que representam cerca de 80% das carteiras atualmente), Ricardo Pena esclarece que os limites estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (Resolução CMN 5202/2025) estão sendo cumpridos. Além disso, a reportagem mostra que o setor registrou R$ 17 bilhões de superávit agregado (superávit total menos déficit total) em 2025, o melhor resultado desde 2013, revertendo um déficit agregado de R$ 10 bilhões em 2024.

Clique aqui para ler a reportagem na íntegra (para assinantes do Valor Econômico)

Fonte: Abrapp em Foco, em 11.05.2026.